



# Emancipar o Mundo

Teoria Crítica e Relações  
Internacionais

---

**José Manuel Pureza**  
**Marcos Farias Ferreira**  
ORGS.

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO. O QUE HÁ DE CRÍTICO NAS TEORIAS CRÍTICAS?.....	9
<i>José Manuel Pureza, Marcos Farias Ferreira</i>	
CAPÍTULO 1 – COSMOPOLITISMO E ORIENTAÇÃO EM TEORIA CRÍTICA INTERNACIONAL.....	25
<i>André Saramago</i>	
CAPÍTULO 2 – A CRÍTICA DA SAÚDE GLOBAL: NEGLIGÊNCIA, ECONOMIA POLÍTICA E DOMINAÇÃO NA VIDA QUOTIDIANA.....	49
<i>João Nunes</i>	
CAPÍTULO 3 – DA INDIVIDUALIZAÇÃO À DESUMANIZAÇÃO DA SEGURANÇA: PRODUÇÕES CRÍTICAS DA SEGURANÇA INTERNACIONAL.....	69
<i>Sarah da Mota</i>	
CAPÍTULO 4 – OLHAR PARA DENTRO, ESCREVER PARA FORA: SEGURANÇA, EMANCIPAÇÃO E ETNOGRAFIA.....	91
<i>João Terrenas</i>	
CAPÍTULO 5 – ECONOMIA POLÍTICA DOS CONSENSOS E DOS DISSENSOS INTERNACIONAIS.....	115
<i>João Rodrigues</i>	

CAPÍTULO 6 – JUSTIÇA CLIMÁTICA, O REGRESSO DA HISTÓRIA.....	147
<i>João Camargo</i>	
CAPÍTULO 7 – PARA UMA POLÍTICA INTERNACIONAL DOS 99%: MARXISMO E TEORIA CRÍTICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS ...	171
<i>Bruno Góis</i>	
CAPÍTULO 8 – ADMIRÁVEL MUNDO VELHO: OS (E-)CONTINUUNS DO PODER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ERA DIGITAL.....	187
<i>Sofia José Santos</i>	
CAPÍTULO 9 – FEMINISMOS E TEORIA CRÍTICA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: ENCONTROS E DESENCONTROS .....	213
<i>Sílvia Roque, Rita Santos</i>	
CAPÍTULO 10 – DESCOLONIZANDO A TEORIA CRÍTICA: PARA QUEM E PARA QUE PROPÓSITO? .....	237
<i>Marta Fernández</i>	
COLABORARAM NESTA OBRA.....	263

# INTRODUÇÃO

## O QUE HÁ DE CRÍTICO NAS TEORIAS CRÍTICAS?

*José Manuel Pureza*

Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra  
Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

*Marcos Farias Ferreira*

Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

Data de 1919 a criação da primeira cátedra de Relações Internacionais. Foi na Universidade de Aberystwyth, no País de Gales. A história de um século de afirmação da disciplina de Relações Internacionais fez-se de debates teóricos fortes que foram construindo hegemonias ontológicas, epistemológicas e metodológicas de correntes alicerçadas em visões alternativas do que deve ser uma ciência social (Waeber, 1996). Nesses debates recorrentes entre abordagens contrastantes do mundo e da vida, as vozes críticas às hegemonias estabelecidas foram muitas vezes silenciadas, ou remetidas para as margens da disciplina, em nome da coerência e contenção académicas de um campo em constante busca de afirmação e autonomia.

Como corpo de conhecimento situado e contextual, a disciplina impulsionada pelo industrial galês David Davies teve o seu trajeto marcado como ciência social ocidental, cuja agenda foi fortemente condicionada, até à década de 1970 pelo menos, pelo contexto e prioridades pragmáticas da política externa norte-americana (Hoffman, 1977). Neste quadro, o fechamento epistemológico a partir da década de 1940 disciplinou ferreamente todas as importações e contributos provindos das ciências sociais contíguas.

Assim, o pluralismo das vozes críticas ao positivismo e às sínteses realismo/ liberalismo foi sendo atirado para as margens como exemplo de utopia, anticidência, perigosa dissidência ou mesmo radicalismo ideológico. Só na década de 1980 essas múltiplas vozes críticas encontraram brechas disciplinares e abriram espaço para repensar as velhas “certezas” ontológicas e epistemológicas da disciplina acadêmica. O tremor e a comoção foram tais que, desde então, e a partir do *mainstream*, este campo não deixou de ser descrito como vivendo em permanente crise e caos (*disarray*) (Dunne *et al.*, 1998). Esta viragem crítica da disciplina veio contribuir para transformar a relação com a política, que nos círculos mais conservadores assentava na função de apoiar o desenho e implementação de políticas de segurança e que, no contexto crítico, assume a função de confrontar o poder com as suas escolhas, ou seja, escrutinar e problematizar as decisões do poder (Waever e Buzan, 2019).

São múltiplas as vozes críticas que, desde a década de 1980, foram deixando as margens da disciplina para questionar a ortodoxia chegando a transformar-se, por vezes e em alguns meios académicos, num novo *mainstream*, como nos casos do construtivismo ou das teorias da securitização. Contudo, uma análise das taxinomias propostas pelos autores que trabalham teoria e debates teóricos mostra alguma ambiguidade na identificação das teorias críticas e do que há de crítico nelas. Essa arrumação deriva diretamente do entendimento sobre o que foram os debates disciplinares, sobre o que constitui hoje o *mainstream* da disciplina, ou se faz sequer sentido falar ainda de *mainstream*, dado que a influência da crítica se estendeu sobremaneira por toda a academia. Numa conceção muito abrangente, que assume como critério a rotura com a ortodoxia das correntes teóricas hegemónicas (neorrealismo/neoliberalismo) e os seus axiomas fundadores (ontologia estatocêntrica e metodologia positivista), são reconduzidos ao campo crítico não só a Teoria Crítica herdeira da Escola de Frankfurt, mas também perspectivas internamente muito heterogéneas — como o construtivismo ou o pós-estruturalismo — e, bem assim, abordagens feministas, pós-coloniais e de ecologia política guiadas por um sentido de emancipação de relações onde impera a subalternidade.

A Teoria Crítica costuma ocupar o lugar central da crítica à ortodoxia disciplinar em Relações Internacionais em grande parte porque, na linha

da Escola de Frankfurt, assenta no projeto intelectual de reconstrução da modernidade e da emancipação humana, em tensão e crítica aberta, tanto com o marxismo clássico como com o idealismo alemão de cariz kantiano. Esta origem intelectual permite-lhe maior coerência epistemológica e metodológica, pelo que não é de estranhar que tenha alcançado maior atenção, interesse e legitimidade académica. Neste livro, partimos do pressuposto de que o essencial do que há de crítico nas múltiplas perspetivas teóricas subalternizadas pela ortodoxia em *Relações Internacionais* radica no trajeto e nas contribuições da Teoria Crítica de inspiração alemã. E, justamente porque isso que é essencial é a tensão entre dominação e emancipação, entendemos que a referenciação à Teoria Crítica da Escola de Frankfurt deve ser apenas o ponto de partida, e que cabem nesta centralidade conferida à tensão entre dominação e emancipação outras abordagens críticas que, no essencial, convergem com os pressupostos básicos daquela, mas que também a desafiam, reimaginam e expandem para lá dos limites dos seus pressupostos mais clássicos.

Assim, e de acordo com a análise de Linklater, são quatro as principais aquisições da Teoria Crítica que os autores deste livro entendem constituírem o património comum das abordagens críticas abrangentes que estruturam este livro: (i) a crítica do argumento positivista sobre a possibilidade de conhecimento neutro, procedendo metodologicamente à exploração dos diferentes tipos de interesses sociais que interferem na produção de conhecimento; (ii) a crítica dos argumentos realistas sobre a imutabilidade das relações internacionais, procedendo metodologicamente à exploração das possibilidades imanentes (já existentes *in statu quo*) de transformação social; (iii) a crítica do materialismo histórico marxista, procedendo metodologicamente à exploração de diferentes eixos de exclusão para lá da classe (como o género, a racialização ou as relações interespecies); e (iv) a crítica dos mecanismos políticos existentes, e dos danos morais por eles provocados, procedendo metodologicamente à defesa do diálogo aberto enquanto mecanismo livre de dominação tendente à materialização de comunidades políticas pós-nacionais (Linklater, 1996). Como tal, esta obra assume a pluralidade dos legados que têm dado corpo à crítica em *Relações Internacionais* e que vão constituindo, no fazer e refazer do percurso da disciplina, uma teoria crítica heterogénea, abrangente e inclusiva. Aprofundando a análise de Linklater,

aderimos neste livro à perspectiva segundo a qual essa pluralidade de formas de pensar e aplicar a Teoria Crítica é afinal uma “constelação de diferentes abordagens que procuram esclarecer a questão da emancipação humana na política mundial” (Wyn Jones, 2001: 9).<sup>1</sup> Esta obra assume assim a promoção da emancipação humana, no plano da política global, como ponto de união entre a pluralidade de vozes e perspectivas críticas que colocamos em discussão nas páginas que se seguem, assumida a emancipação por todas elas como princípio de avaliação da ordem global contemporânea.

A fim de explorar, contextualizar e finalmente encontrar as pontes que ligam e articulam essas vozes críticas partimos, nesta introdução, de uma leitura dos legados de Andrew Linklater e Robert Cox, e das tensões inerentes ao debate entre os eixos da redistribuição e do reconhecimento. As páginas que se seguem ilustram as tensões, colaborações, convergências e divergências entre os eixos centrais da crítica contemporânea em Relações Internacionais, uma de cariz mais habermasiana, a outra de cariz mais gramsciana que, ao contrário de se excluírem, se reforçam mutuamente para construir uma crítica emancipatória e utopias reais (Booth, 1991). Entendemos que a pluralidade de vozes críticas agregadas genericamente em torno daquelas duas referências, e a riqueza imanente às tensões teóricas resultante dessa pluralidade, deveria ser acolhida neste livro, familiarizando assim o público de língua portuguesa, no momento em que passam 100 anos sobre o marco mítico da autonomização académica das Relações Internacionais, com um modo de ler a realidade internacional que se assume como uma “margem de certa maneira” — para parafrasear a canção — nesta disciplina.

Em Kant e em todo o Idealismo alemão, posteriormente depurado por Hegel e Marx, a *critique* oferece-se como um modo de conhecer que se opõe ao simples empirismo e ao positivismo (Thompson, 2017: 1). Toda essa elaboração viria a ser trabalhada de novo pela Escola de Frankfurt, a partir dos anos trinta do século passado, com destaque para Theodor Adorno e Max Horkheimer.

A insatisfação com a teoria social dominante nas primeiras duas décadas do século XX — e designadamente com a sua insuficiência de capacidade explicativa da emergência dos fascismos e do estalinismo — agregou pen-

---

<sup>1</sup> Todas as traduções são da responsabilidade dos autores.

sadores que alicerçaram a procura de um pensamento alternativo numa metodologia antipositivista, comprometendo o conhecimento da realidade com a sua transformação guiada por um princípio de emancipação. A Teoria Crítica por eles elaborada apresenta-se assim com dois traços fundamentais. Primeiro, é uma teoria que sublinha a importância dos fatores (inter)subjetivos na determinação do conhecimento, recusando o postulado tradicional de um conhecimento objetivo e neutro, *livre de valores subjetivos*, antes reconhecendo o seu papel situado e constitutivo. Segundo, para a Teoria Crítica o conhecimento não tem como objetivo único compreender a realidade, mas também transformá-la. Nas palavras de Horkheimer (1937), a Teoria Crítica é “crítica do que é prevalecente”, é “crítica da organização presente da sociedade”. Ao dar este sentido à Teoria Crítica, Horkheimer contrapõe-na à ambição estritamente descritiva e classificatória da teoria tradicional, que vê a realidade como uma mera soma de factos. Ora, esta falta de ambição da teoria tradicional exprime-se numa dupla abstração: abstração da relação entre os factos e abstração da perspectiva (e da função) de classe do teorizador (Kautzer, 2017: 56). O afastamento da “adoração dos factos” e o inerente compromisso da teoria com a transformação da realidade resgata o ideal iluminista de uma razão que liberta. Nesse sentido, Daniel Levine (2012: 84) qualifica a Teoria Crítica como “um empreendimento profundamente otimista”, a que Wyn Jones (2001: 229) acrescenta o sublinhado de que a Teoria Crítica acolhe “visões positivas de utopias concretas”.

Tanto Kant como Marx haviam aprofundado a problemática iluminista do universalismo e da construção de comunidades mais inclusivas, pelo que partilhavam a convicção de que a humanidade poderia vir a ser uma sociedade de indivíduos livres. Através da filosofia crítica, a contribuição de Kant passou pela discussão das condições que permitem fazer afirmações sobre o mundo e, neste contexto, ganha relevo o seu “argumento de que níveis crescentes de interconexão global tornam essencial a criação de comunidades políticas cosmopolitas” (Linklater, 2007: 4). Por seu turno, a análise crítica de Marx prendeu-se com a vontade de compreender as transformações sociais nas sociedades europeias do século XIX, incluindo as contradições inerentes ao capitalismo que abriam caminho para a supressão da exploração do trabalho, o fim do capitalismo e o estabelecimento de um sistema de relações sociais globais mais justas. Desta forma, as obras de Kant e Marx

convergem na demonstração de que os processos e estruturas desenvolvidos ao nível das relações internacionais são cruciais para a consecução da emancipação humana (Devetak, 2005: 139-140). Como lembra este autor (2018: 82), “é na continuação deste projeto, filtrado através da Escola de Frankfurt, que a Teoria Crítica Internacional se envolve. Procura ampliar a crítica do mundo moderno pela Escola de Frankfurt para lá do domínio nacional, aos domínios internacional e global”. Essa ampliação é a expressão de um distanciamento face ao conservadorismo e à estreiteza da agenda das teorias hegemónicas em Relações Internacionais, cristalizadas no estatocentrismo e na resignação face às estruturas e dinâmicas de poder instaladas.

Em contraste com essa quietude conservadora, a Teoria Crítica assume como tarefa crucial delinear as possibilidades imanentes de mudança social. Como lembra Boaventura de Sousa Santos,

[a] realidade, qualquer que seja o modo como é concebida, é considerada pela Teoria Crítica como um campo de possibilidades e a tarefa da Teoria Crítica consiste precisamente em definir e avaliar a natureza e o âmbito das alternativas ao que está empiricamente dado. A análise crítica do que existe assenta no pressuposto de que a existência não esgota as possibilidades da existência e que, portanto, há alternativas suscetíveis de superar o que é criticável no que existe. O desconforto, o inconformismo ou a indignação suscitam impulso para teorizar a sua superação. (2000: 23)

Em contraste com essa quietude conservadora, a Teoria Crítica assume como tarefa crucial delinear as possibilidades imanentes de mudança social (aquelas que decorrem de práticas e instituições políticas já existentes), entrando na disciplina de Relações Internacionais sob a influência de todo o trabalho teórico de revisitação dos temas kantianos e marxianos elaborado ao longo do século XX. Na transposição da Teoria Crítica para o campo das Relações Internacionais, identificam-se sobretudo dois tipos de portas de entrada. Uma é Antonio Gramsci e a influência que operou sobre Robert Cox e o seu paradigma da produção. A outra é Habermas e a influência que operou sobre Andrew Linklater e o seu paradigma da comunicação. Duas problemáticas servem de ponte entre aquelas abordagens, articulando-as num projeto crítico comum: